

A EVOLUÇÃO DA FORMA DE REMUNERAÇÃO DO TRABALHO NA UNIÃO SOVIÉTICA E SUA INFLUÊNCIA NA RETROTRANSIÇÃO, 1917 A 1953

Laercio Eurich¹

Resumo

O presente artigo, sobre a retribuição do trabalho na União Soviética, é parte de uma investigação em andamento, do grupo de pesquisa Causas econômicas da retrotransição ao capitalismo na URSS, que tem como finalidade identificar as causas objetivas de retorno do capitalismo na URSS, tendo como fundamento a teoria da retrotransição (GERMER, 2016). Os soviéticos, devido as circunstâncias, adequaram uma forma de retribuição do trabalho herdada do capitalismo para fins socialistas, tendo como horizonte o comunismo, porém, em dado momento desse processo que vai de 1917 a 1953, onde a propriedade estatal foi sendo convertida em propriedade privada, quer dizer, quando se inicia o processo de retrotransição esta propriedade privada encontrou uma forma de remuneração dos trabalhadores, que lhe era propícia, contribuindo para o retorno do socialismo ao capitalismo e é o que se procurará expor a seguir.

Palavras-chave: Retrotransição; União Soviética; salário

1. Introdução

Este artigo é parte de uma investigação em andamento, do grupo de pesquisa Causas econômicas da retrotransição ao capitalismo na URSS, que tem como finalidade identificar as causas objetivas de retorno do capitalismo na URSS, tendo como fundamento a teoria da retrotransição.

O início observável do retorno da União Soviética ao capitalismo, se dá após a morte de Stalin em 1953 e a subida ao poder de Nikita Kruchov em 1956, quando começa a se implementar reformas de mercado naquele país. Dado que a retrotransição é a aplicação do materialismo histórico a um fenômeno em específico que é a sociedade soviética e este tem como pressuposto que os fenômenos da sociedade se desenvolvem por causas objetivas internas a eles mesmo, devemos também utilizar este pressuposto ao estudarmos a União Soviética, quer dizer, não atribuir as reformas ao governo de Kruchov, pois estas reformas seriam “apenas a expressão jurídica de profundas mudanças objetivas ocorridas ao longo do tempo anterior” (GERMER, 2014, p. 2), ou seja, este momento representa apenas o auge de algo que já vinha se desenvolvendo na base econômica da União Soviética durante o processo de construção das bases, o socialismo, para se chegar ao comunismo.

Os soviéticos, após a tomada do poder em outubro de 1917, socializaram boa parte dos meios de produção e passaram, então, a desenvolver o socialismo, mas dado que o socialismo é

¹Bacharel em Educação Física pela UFPR e estudante do curso de Licenciatura em Educação Física pelo Centro Universitário Claretiano.

apenas uma fase de transição entre o capitalismo e o comunismo e o objetivo era se chegar ao comunismo, porém em determinado momento inicia no socialismo uma “involução de retorno ao capitalismo” (GERMER, 2015, p. 4), portanto, durante o processo de desenvolvimento do socialismo surgiram elementos que não eram propícios ao comunismo e sim ao capitalismo e estes elementos adquiriram força até restaurarem o capitalismo na União Soviética.

A instituição da propriedade social, realizou-se destituindo do poder a burguesia que era, até então, a proprietária privada, porém esta burguesia não deixou de existir logo após a revolução e, quiçá, permaneceu durante toda a existência de desenvolvimento socialista lutando por todos os meios para retornar ao poder. Conseguiu na década de 1950. Assim os trabalhadores passaram a desenvolver a economia tendo como objetivo o comunismo, mas conviveram durante esta construção com intensas e diversas formas de luta de classes e, em dado momento deste processo, devido a causas objetivas, a propriedade social sob controle estatal passou gradativamente a ser reconvertida em propriedade privada, surgindo novos burgueses com controle privado da propriedade e um novo proletariado subjugado a essa burguesia e, na medida do aumento deste controle econômico, adquiriram força política para propor e aprovar reformas de mercado no interior do governo e do partido.

Junto com o surgimento da propriedade social passou a se desenvolver também a distribuição do produto social, de acordo com essa propriedade e no âmbito da distribuição aos trabalhadores, quer dizer, o quanto eles ganharão devido ao trabalho que fornecem à sociedade permaneceu na União Soviética uma forma de remuneração do trabalho similar à forma herdada do modo de produção anterior, isto é, permaneceu o salário, porém isto não quer dizer que este se identificava totalmente com o salário capitalista, dado a inexistência da exploração no caso soviético e cuja forma salário no capitalismo oculta. Passa a ser auferido por todos os trabalhadores daquela sociedade, pois há um grande esforço dos soviéticos em empregar todos os indivíduos com capacidade de trabalhar.

Esta parte da distribuição, que cabe aos trabalhadores, se realizou na União Soviética segundo os princípios “de cada um segundo as suas capacidades e a cada um segundo o seu trabalho” (MARX, 1980, p. 14), mas com uma adequação à realidade da União Soviética, realizada pelos soviéticos, que é a de cada um segundo as suas capacidades e a cada um segundo a quantidade e qualidade do trabalho, o que é plausível, dado que naquele país, devido à herança econômica do modo de produção anterior, a sociedade não fornecia tudo para a necessidade dos trabalhadores e, portanto, trabalhadores de trabalhos qualificados deveriam ganhar mais, pois tinham uma necessidade objetivamente mais elevada:

Não se pode tolerar que um maquinista tenha igual salário que um copista, Marx e Lenin dizem que a diferença entre trabalho qualificado e o não qualificado existirá ainda na sociedade socialista, inclusive depois da desapareção das classes, que somente no

comunismo não de desaparecer essa diferença e que, portanto, inclusive na sociedade socialista, o “salário” deve estabelecer-se segundo o trabalho, e não segundo as necessidades. (STALIN, 1953, p. 25-26)

Os soviéticos devido a imprescindibilidade de desenvolver a economia passaram a atrelar o salário a essa primordialidade e a forma principal encontrada foi o salário por peça, portanto, atrelavam o princípio de cada um segundo as suas capacidades com esta forma, visando utilizar planejadamente ao máximo a capacidade de trabalho, porém, enquanto essa forma permanecia sob controle estatal ela estava sendo usado para o objetivo socialista, que era desenvolver a economia visando atingir o comunismo, mas a partir do momento que a propriedade estatal foi sendo convertida, novamente, para propriedade privada esta forma de remuneração dos trabalhadores encontrou um solo fértil para ser usado como exploração dos novos proletários.

Portanto, os soviéticos forçados pelas circunstâncias, adequaram uma forma de retribuição do trabalho herdada do capitalismo para fins socialistas, tendo como horizonte o comunismo, porém, em dado momento desse processo, que vai de 1917 a 1953, onde a propriedade estatal foi sendo convertida em propriedade privada, quer dizer, quando se inicia o processo de retrotransição, esta propriedade privada encontrou uma forma de remuneração dos trabalhadores, que lhe era propícia, contribuindo para o retorno do socialismo ao capitalismo e é o que se procurara expor a seguir.

2. Teoria sobre a retribuição do trabalho

A repartição do produzido pela sociedade, entre os seus membros, é determinada pela propriedade dos meios de produção. Esta propriedade, ao longo da história, desenvolve-se sob duas formas: a privada e a comum. Na propriedade comum, os meios de produção pertencem a sociedade, logo, a distribuição também é comum, quer dizer, ela se efetua da maneira mais equitativa possível entre os indivíduos destas sociedades. O modo de produção comunista primitivo, o socialismo² e o “comunismo plenamente constituído”³ são os representantes desta forma, embora o último não tenha ainda existido concretamente. Já na propriedade privada a produção e a distribuição serão determinados por esta propriedade, onde o não-proprietário, visando manter a si e a sua família, necessariamente terá que trabalhar para o proprietário. Este, em troca, se apossará, sem trabalhar, de uma parte do produzido. Essa divisão da parte que fica com o trabalhador e a parte que fica com o proprietário define-se como trabalho necessário e mais-trabalho. Escravismo, feudalismo e capitalismo são os modos de produção deste tipo.

²Etapa de transição entre o capitalismo e o comunismo, contendo aspectos dos dois modos, não sendo, portanto, um modo de produção.

³Germer, C. 2016. Elementos para um balanço inicial do socialismo na União Soviética. Texto em elaboração.

Marx (1996, p. 169), quando se refere a essa divisão em trabalho necessário e mais-trabalho, diz que ela se manifesta de diferentes formas a depender do modo de produção. No escravismo a divisão do trabalho necessário e mais-trabalho aparece ao trabalhador, ou melhor, ao escravo, como se todo o trabalho que ele fornece ao senhor fosse mais-trabalho. Tal impressão é devida a relação de propriedade pessoal que o senhor tem com o escravo, ou seja, como se o trabalho na íntegra ficasse de posse do proprietário, quando, na realidade, uma parte do produzido pelo escravo é para a sua manutenção, caso contrário ele não sobreviveria. No feudalismo a divisão entre trabalho necessário e mais-trabalho aparece bem definida no espaço e no tempo, pois o servo trabalha em determinada terra e dias para si e em outra terra e dias para o senhor.

No modo de produção capitalista a divisão entre trabalho necessário e mais-trabalho se manifesta em trabalho pago e trabalho não-pago e ocorrerá no interior da jornada de trabalho. Assim, parte da jornada será destinada ao trabalho necessário e outra ao mais-trabalho que neste modo denominam-se salário e mais-valia. O salário “como um quantum determinado de dinheiro pago por um quantum determinado de trabalho” (MARX, 1996, p. 165) parecerá ao trabalhador como se ele recebesse por todo o trabalho realizado, quer dizer, o salário se manifesta como o valor ou preço do trabalho, mas não é isto que acontece de fato, pois, apesar de o salário ser o pagamento por uma jornada de trabalho dada, ela contém uma certa quantidade de trabalho não-pago. Marx, na sua exposição, por exemplo, parte de uma jornada de 12h cujo salário é de R\$ 30, onde esse salário é repostado em 6h da jornada, ou seja, as outras 6h, que também contém R\$ 30, são de trabalho não-pago apropriado pelo capitalista. Para o trabalhador assalariado significa que ele recebeu esse montante pela jornada, mas essa jornada contém outro tanto que ele não recebeu, pois se ele recebesse por todo o trabalho, R\$ 60, não haveria mais-valia sobre a qual o sistema capitalista se fundamenta, ou seja, não haveria capitalismo.

O salário é o preço da força de trabalho, expressão do seu valor, que aparece como uma remuneração recebida por todo o trabalho, é, na realidade, o relativo apenas ao trabalho necessário, que, neste caso, é de R\$ 30. Diferente do escravismo, onde o trabalhador se vende pessoalmente, no capitalismo ele não se entrega pessoalmente, mas a sua força de trabalho por determinado tempo e que não existe independente da personalidade do trabalhador, onde o capitalista ao adquiri-la faz trabalhar por mais tempo que o necessário para reposição desta força. O valor desta força de trabalho se determina pelo tempo médio de trabalho necessário para produção de meios de consumo necessário para reposição da força de trabalho e produção de descendentes, os novos trabalhadores, ou seja, a família do trabalhador. Logo, estes R\$ 30 são o preço dos meios de consumo necessários ao trabalhador e que varia conforme varie o custo da produção dos meios de consumo ou acima e abaixo, caso mude a demanda e oferta desta força de trabalho no mercado.

Portanto a remuneração do trabalho, no modo de produção capitalista, é o salário e que se apresenta como uma forma transformada do valor ou preço da força de trabalho. Marx em O Capital desenvolverá duas formas: o salário por tempo e o salário por peça. (MARX, p. 173, 1996).

O salário por tempo é determinada quantidade de dinheiro que o trabalhador recebe, por determinado tempo de trabalho, tendo como referência a jornada diária. Esta jornada pode ter uma grandeza extensiva, aumento ou diminuição de horas trabalhadas, e uma intensiva que é a mudança de ritmos do trabalho no interior de uma jornada de trabalho dada, porém para cálculo usar-se-á o tempo. Assim como o salário ou preço do trabalho é a forma transformada do valor ou preço da força de trabalho, o salário por tempo será preço do trabalho por hora, expressão do valor ou preço da força de trabalho por hora, portanto, “o preço da hora de trabalho assim obtido serve de unidade de medida para o preço do trabalho” (MARX, 1996, p. 174), verificado pela seguinte fórmula:

$$\text{Preço do trabalho} = \frac{\text{Valor diário da força de trabalho}}{\text{Jornada de trabalho}}$$

No exemplo de Marx, já citado, (Marx, 1996, p. 174) o valor da força de trabalho é de R\$ 30, portanto teríamos aqui que o preço do trabalho é de R\$ 2,5 ($30/12 = \text{R\$ } 2,5/h$), sendo que com esse preço do trabalho o salário poderia ser alterado, caso houvesse um aumento na jornada, de, por exemplo, 1h, neste caso o trabalhador receberia R\$ 32,5, que seria a hora extra ou uma elevação no próprio valor da força de trabalho de R\$ 40, por exemplo, neste caso o preço do trabalho se elevaria a R\$ 3,33. Lembrando que o salário apenas expressa o trabalho necessário e aqui, se formos analisar em uma jornada de 12h, com o salário de R\$ 30, cujo preço do trabalho é de R\$ 2,5, isto se dá em apenas 6h, quer dizer, as outras 6h que também terão R\$ 30 são de mais-valia, ou seja, a cada R\$ 2,5 do preço do trabalho teríamos R\$ 2,5 de trabalho não-pago. Teríamos uma taxa de mais-valia $m' = 2,5/2,5 \times 100$ ($m' = m/v \times 100$) ou um grau de exploração de 100%.

O salário por peça não é nada mais, segundo Marx, que “uma forma metamorfoseada do salário por tempo” (MARX, 1996, p. 181), onde o preço do trabalho se apresentará nas unidades produzidas. Seguindo o mesmo exemplo do salário por tempo, tendo uma jornada de 12h com um valor da força de trabalho de R\$ 30, onde o preço do trabalho é de R\$ 2,5, em uma unidade que produz 24 peças, neste caso teríamos 2 peças sendo feita por hora e como o preço do trabalho é de R\$ 2,5, teríamos que duas peças contém este valor, ou seja, cada peça conteria R\$ 1,25 de salário e R\$ 1,25 de mais-valia.

O esforço do capitalista é sempre no sentido de alterar a linha divisória entre trabalho pago e não pago, em favor da segunda, pois, assim, aumentará a sua mais-valia e, com isto, conseguirá

acumular mais capital, se sobressaindo na concorrência entre os demais capitalistas. A concorrência entre os capitais gera o desenvolvimento da produtividade, quer dizer, o aumento de produtos produzidos em determinado tempo, via implementação de tecnologia, possibilitando a diminuição do tempo necessário, elevando conseqüentemente o mais-trabalho. Vejamos como isto acontece usando o exemplo acima, porém, levando-se em conta que uma mercadoria não contém apenas o valor novo, mas também o transferido dos meios de produção que, neste caso, é de R\$ 5 por mercadoria. Em determinado ramo produtivo, com jornada de 12h, todas as empresas estariam produzindo a mercadoria no mesmo valor, que Marx define como valor social e sendo o salário de R\$ 30, portanto, o preço do trabalho de R\$ 2,5 e com uma produção de 24 mercadorias, nesta jornada. Cada mercadoria seria de R\$ 7,5, dos quais R\$ 5 são dos meios de produção e R\$ 2,5 novo, este se dividindo em R\$ 1,25 para o salário e R\$ 1,25 de mais-valia ($1,25 \times 24 = 30$, sendo do total da jornada 30 de salário e 30 de mais-valia) ou que, levando em conta o valor novo, 12 mercadorias são dedicadas ao trabalho necessário e 12 ao mais-trabalho. Porém, das unidades de produção desta mercadoria se destaca uma, devido ao uso de nova tecnologia, elevando a produtividade a 30 mercadorias, quer dizer, passando a produzir a um valor individual inferior ao social. Este capitalista estará produzindo agora 2,5 mercadorias/hora e, como o preço do trabalho ainda é R\$ 2,5, passam agora as mercadorias, deste capitalista em particular, a conter do valor novo R\$ 1 ($1 \times 30 = 30$) de salário e R\$ 1 de mais-valia, pois o grau de exploração continua 100%, portanto, cada mercadoria contém agora de valor novo R\$ 2 ($2 \times 30 = 60$, sendo do total da jornada 30 de salário e 30 de mais-valia) e como o cedido dos meios de produção se manteve inalterado, quer dizer, R\$ 5, cada mercadoria agora é de R\$ 7 e, tendo em conta o valor novo, 15 mercadorias são para o salário e 15 para a mais-valia, porém este capitalista para adquirir o mercado, dos demais, terá que vendê-las abaixo do valor social, ou seja, abaixo de R\$ 7,5 e para auferir uma mais-valia extra acima do valor individual, quer dizer, acima de R\$ 7. Supomos que venda a R\$ 7,3 (R\$ 5 do cedido pelo meios de produção e R\$ 2,3 novo), ou seja, abaixo do valor social que é R\$ 7,5 e acima do valor individual que é R\$ 7, porém, agora com R\$ 2,3 de valor novo não se necessita mais de 15 mercadorias produzidas em 6h para pagar o salário, mas sim de 13 ($2,3 \times 13 = 30$) que são produzidas em 5,2h, ou melhor, agora na jornada são 5,2h para o trabalho necessário e 6,8h de mais-valia.

Outra possibilidade de se elevar o trabalho não-pago é quando se diminui, com uso de tecnologias, o tempo de trabalho necessário para produção dos meios necessários de reposição da força de trabalho, fazendo com isto diminuir o valor da força de trabalho e, conseqüentemente, o salário. Ao se diminuir o salário é menor o trabalho necessário para reproduzi-lo e mantendo-se inalterada a jornada de trabalho eleva-se desta maneira o mais trabalho, a todos os capitalistas, pois

a diminuição do valor das mercadorias, necessárias ao trabalhador, atinge todos os capitalistas já que todos utilizam trabalho assalariado.

3. Princípios da retribuição do trabalho no socialismo e no comunismo

A distribuição dos meios de consumo para satisfazer as necessidades, físicas e intelectuais, no comunismo, onde os meios de produção passarão a ser propriedade comum, ou seja, de toda a sociedade, realizar-se-á em conformidade com esta propriedade, quer dizer, todos usufruirão dos meios criados por todos⁴. O comunismo não nascerá pronto e acabado, mas será engendrado da sociedade capitalista, sendo este ponto de origem definido por Marx como primeira fase da sociedade comunista⁵ ou “o comunismo, finalmente, é a expressão positiva da propriedade privada superada; é, em primeiro lugar, a propriedade privada geral” (MARX, 1974, p. 12). Esta fase de transição entre o capitalismo e o comunismo também ganhou a definição como sendo uma sociedade socialista⁶.

Segundo Marx (1974, p.12-13) a propriedade privada, que tem como a sua última forma o capital e que será superada positivamente, isto é, essa última forma que engendrará a possibilidade de se chegar à propriedade geral ou de todos, dado que, pelo fato do trabalho no capitalismo se objetivar como capital, quer dizer, a maior parte do trabalho realizado não ser em função dos indivíduos e permanecer alheio a eles, pois é imperioso ao capitalista manter e ampliar o capital, mas este trabalho objetivado, aumentado, significa que os homens estão conhecendo cada vez mais a natureza e a dominando. Tendo propriedade dela. Porém, apesar da sociedade dominar cada vez mais a natureza o que cria a possibilidade de uma apropriação de todos ela ainda é, ao mesmo tempo privada, mas torna objetivamente possível ser geral⁷, daí a superação positiva da propriedade privada, ou seja, uma sociedade comunista.

⁴ “a la participación de todos en el usufructo de los bienes creados por todos” (De la obra: “Princípios de Comunismo” de F. Engels. In: Marx, Engels, Lenin, 1981, p. 19).

⁵ “em la primera fase de la sociedade comunista” (De La obra: “Crítica del Programa de Gotha”. In: Marx, Engels, Lenin, 1981, p. 34).

⁶ “a ordem social habitualmente chamada socialismo a que Marx chama de primeira fase do comunismo” (Lenin, 1979, p. 114).

⁷ Esta propriedade geral pode ser melhor compreendida nos escritos posteriores de Marx, principalmente O Capital, onde Marx diz que o comunismo é a sociedade de produtores associados, tendo como base a propriedade comum ou coletiva dos meios de produção e de distribuição, desenvolvendo seus embriões ainda no capitalismo segundo a lei geral da acumulação capitalista, que centraliza os capitais, conduzindo a diminuição do número de capitalistas e elevando os não-proprietários e concentra capitais, passando a atuar mundialmente em processos interligados de produção e distribuição. Este processo faz com que um grande contingente de assalariados trabalhe coordenadamente numa produção que é cada vez mais social e não só trabalham, mas dirijam, posto que os capitalistas saem da produção, no entanto, isso ainda se desenvolvendo encobertos pela propriedade privada, cujo exemplo mais característico são as Sociedades Anônimas. (GERMER, 2011). Portanto, o que acontece de fato é que os não-proprietários é que vão se tornando proprietários no sentido de dominarem e controlarem os meios de produção, já que produzem e dirigem

Na primeira fase do comunismo, a sociedade se apossa desta natureza modificada, os meios de produção, porém os utiliza da maneira como os herdou da sociedade anterior, quer dizer, ela se apossa dos meios de produção e os torna de todos e a partir daí passa a organizar a produção e a distribuição, segundo o grau dessa apropriação, e que, no início, “é apenas uma coletividade do trabalho e de igualdade do *salário*, que o capital coletivo, a *coletividade* como capitalista geral, paga” (MARX, 1974, p. 13), ou melhor, todos os indivíduos desta sociedade se dividirão, num primeiro momento, nos mais diversos trabalhos existentes, tal qual encontraram e se apossaram do capital, fazendo jus a um salário, que será igual e para todos, sendo um mínimo para continuarem trabalhando e manterem sua família, visando não se extinguirem, posto que já nesta época era esta a definição de salário para Marx⁸.

O salário é uma forma de relação entre o capitalista e o trabalhador, relação que oculta que o capitalista fica com uma parte do trabalho realizado, visando manter e ampliar o seu capital, levando o trabalhador a crer que recebeu por todo o trabalho realizado, porém, quando se estabelece a propriedade privada geral, ou o capital coletivo e se iguala o salário, este já não tem mais o mesmo determinante de outrora, dado que agora a sociedade sabe que parte do trabalho deverá continuar sendo deduzido para os meios de produção, assim como era para o capital, para permitir que a sociedade siga se desenvolvendo e o restante é que poderá distribuir como meios de consumo para todos os membros da coletividade. Nisto, este salário difere do salário capitalista, pois já não há mais relações de exploração a esconder, porém, ainda existe um elemento intermediário entre os indivíduos e os meios de consumo, ou seja, não se trabalha e diretamente se usufrui dos meios de consumo, mas necessita-se de algo que comprove que houve trabalho e com o qual se adquire os bens de consumo pela via desse elemento de comprovação.

Nesta sociedade, de propriedade comum dos meios de produção, os produtos não são mais produzidos como mercadorias, posto que não existe mais produtores individuais, para serem trocadas no mercado pela mercadoria dinheiro e este viabilizar a compra de outras mercadorias produto, ou seja, para Marx não há mais um produto do trabalho⁹ no sentido desse produto ser um valor criado pelo trabalho, mas sim um produto do trabalho como, simplesmente, criador de valor de uso e é a partir dele que a sociedade passa a organizar a produção e a distribuição, portanto, a forma salário que é a expressão em dinheiro do valor da mercadoria força de trabalho e com o qual se adquire os meios de consumo no capitalismo, deverá mudar e se adequar conforme essa

objetivamente a produção e a distribuição, porém uma estrutura jurídica e política dos proprietários privados diz que esses meios não são dos não-proprietários.

⁸ El nivel mínimo del salario, y el único necesario, es lo requerido para mantener al obrero durante al trabajo y para que él pueda alimentar una familia y no se extinga la raza de los obreros. El salario es, según Smith, el mínimo compatible con la simple humanidad, es decir, con una existencia animal.” (Marx, 1985, p. 51-52).

⁹ “Y así como se há evaporado la expresión ‘el fruto íntegro del trabajo’, se evapora ahora la expresión ‘el fruto del trabajo’ em geral” (De La obra: “Critica del Programa de Gotha”. In: Marx, Engels, Lenin, 1981, p. 32).

coletividade do trabalho, a primeira fase da sociedade comunista, e como ela ainda terá traços da sociedade que superou, isto também será válido para a distribuição dos meios de consumo o que parece corroborar o formulado por Marx já em 1844, porém, lá ainda mantendo o termo salário.

Segundo Marx (1981, p. 31) os meios de consumo, na primeira fase da sociedade comunista, serão distribuídos, entre os seus membros, após terem sido deduzidos, do produto social global, o necessário, relativo à produção, para: 1) manter a produção; 2) ampliar a produção; e 3) um fundo de reserva para acidentes, calamidades, etc; e o restante é que será destinado a servir como meios de consumo, mas antes que cada indivíduo receba individualmente a sua parte, terá que se deduzir: 1) gastos gerais de administração não relacionados com a produção, sendo que estes gastos tendem a diminuir a medida que a sociedade se desenvolva¹⁰; 2) Para satisfação coletiva das necessidades como escolas, hospitais, etc, sendo que esta dedução aumentará à medida que a sociedade se desenvolva¹¹; 3) Para sustentar as pessoas não capacitadas ao trabalho, o que hoje seria a Previdência social. Portanto, só agora, após ter sido deduzido uma parte do trabalho para as necessidades sociais e que apesar de não retornar ao indivíduo diretamente, volta via desenvolvimento da sociedade da qual faz parte, é que se pode distribuir individualmente o restante do produzido pelo trabalho.

Esta distribuição será realizada de acordo com o trabalho, quer dizer, após terem sido realizada as deduções os membros da sociedade receberão de volta o quanto, de trabalho, deram a esta sociedade, porém para que o trabalho seja usado como critério ele deverá ter uma medida que será a sua duração ou intensidade¹², sendo que, com este trabalho se adquire um comprovante, atestando que o indivíduo trabalhou tanto tempo e com o qual poderá retirar dos depósitos públicos o que necessita. O que o indivíduo deu na forma de um trabalho, em determinado tempo, terá direito a outro trabalho que tem outra forma. Portanto, o membro desta primeira fase da sociedade comunista terá as suas necessidades satisfeitas por duas partes: via meios de consumo coletivo e pelos meios de consumo individual, sendo este último de acordo com o trabalho, tendo como medida o tempo.

¹⁰ Aqui cabe mencionar uma idéia de Engels de “el gobierno sobre las personas es sustituido por la administración de las cosas y por la dirección de los procesos de producción” (De la obra: “Anti-Duhring”. In: In: Marx, Engels, Lenin, 1981, p. 32), ou seja, o aumento de gastos com o planejamento da economia, devido a ser uma economia planejada, e que poderia nos levar a acreditar que isso aumentaria os gastos com a administração estaria inserido nos cálculos relativos a produção. Os gastos relativos com a administração que diminui seria o relativo a administração política que no capitalismo se manifesta nos órgãos de repressão, judiciário, etc, devido a luta de classes, mas em uma sociedade sem classes este gasto também não seria mais necessário.

¹¹ Seria o que na sociedade capitalista se define como salário indireto “o salário deve ser dividido em duas partes, que se pode denominar, segundo o que já é convencional, salários direto e indireto. O salário direto é a parte paga pelo empregador, e o indireto a que é fornecida pelo Estado na forma de mercadorias ou serviços” (Germer, 2009, p. 7).

¹² Marx não desenvolve de como seria essa medida de acordo com a intensidade o que levaria a ser possível verificar se no interior de algumas jornadas há menos intervalo, por exemplo, e que propiciaria um direito maior a meios de consumo individual, mas isto não invalida que trabalhos em que se leva em conta apenas o tempo há indivíduos mais capazes que outros e nem em trabalho em que se leva em conta a intensidade também há indivíduos mais capazes.

Porém esta forma de distribuição dos meios de consumo individual, segundo o trabalho, ou seja, segundo a duração do trabalho, ainda carregará junto, segundo Marx, uma forma injusta, mas que é inevitável nesta primeira fase, pois em uma determinada jornada de trabalho alguns indivíduos podem produzir mais que outros, dado serem físico e intelectualmente mais capacitados que outros, porém receberão igual¹³ aos outros que produziram menos na mesma jornada e isto se dá pelo fato de serem abstraídas todas as características individuais de cada membro da coletividade, permanecendo somente a comum que é a de serem trabalhadores, portanto, de cada um segundo as suas capacidades e a cada um segundo o seu trabalho, na primeira fase da sociedade comunista. (MARX, 1981, p. 34).

De cada um segundo as suas capacidades e a cada um segundo o seu trabalho leva-nos a concluir que estes meios de consumo individual, adquiridos segundo o trabalho, são parte do necessário, sendo que a outra parte se dá via consumo coletivo, ambos visando manter individualmente cada trabalhador, pois todos os indivíduos em condição de trabalhar deverão fazê-lo, inclusive as mulheres, restando somente as crianças, jovens e os idosos que não estão em condição de trabalhar e que não estariam incluídos neste consumo individual, mas, caso estivessem, deixariam os indivíduos de serem tidos em conta apenas como trabalhador, dado que se agregaria uma característica: filho. Portanto deduz-se disso que as crianças, jovens e idosos que não estejam trabalhando sejam mantidos, via meios de consumo coletivo, e isto alteraria aquela concepção de salário que inclui a família, mas isso, em parte, dependerá da estrutura econômica no período transitório, que possa fornecer estes meios de consumo social a todos que não possam trabalhar, caso contrário terá que aparecer no consumo individual de quem ainda mantém, total ou parcialmente dependentes, fazendo jus a um salário mais elevado, visando adquirir os meios de consumo destes dependentes.

Outra possibilidade de uma retribuição diferenciada, no período transitório, se dá em relação ao trabalho complexo ou qualificado, dado que no capitalismo esse trabalho “é a exteriorização de uma força de trabalho, na qual entram custos mais altos de formação, cuja produção custa mais tempo de trabalho e que, por isso, tem valor mais elevado que a força de trabalho simples” (MARX, 1996, p. 314-315) e sendo este período originado do capitalismo herdará dele também essa diferenciação entre trabalho simples e complexo, ou seja, trabalhadores com salários mais elevados, pois tem custos adicionais relativos à sua qualificação e, assim, como no caso dos custos com dependentes, aqui também precisará de uma estrutura econômica que possa fornecer essa qualificação via consumo social, caso contrário o trabalhador qualificado terá que receber uma

¹³ Igualdade do salário descrito por Marx nos Manuscritos (1844), ganha no Gotha (1875) maior explicação.

remuneração mais elevada já que terá custos maiores com a aquisição e manutenção desta qualificação.

Portanto, o processo de construção do modo de produção comunista, terá que desenvolver toda uma ampla estrutura econômica de serviços fornecidos gratuitamente pela sociedade, para que os indivíduos, através de seu trabalho, recebam somente o necessário para os meios de consumo individual e todo o restante seja fornecido pelos meios de consumo social e também eleve a sua produtividade ao ponto de ser capaz de retribuir “cada um segundo a sua capacidade e a cada um segundo as suas necessidades” (MARX, 1980, p. 15), ou seja, cada um vai trabalhar de acordo com a sua capacidade e receber o quanto necessita, seja menos ou mais, por exemplo, idosos ou inválidos que tem a sua capacidade reduzida, mas mantêm ou até elevam a necessidade, terão essa necessidade suprida, dado a produtividade elevada.

4. O salário na União Soviética

A retribuição do trabalho passa a ser objeto de apreciação, na União Soviética, a partir de 1918, quando os soviéticos começam a desenvolver o socialismo. As primeiras propostas, neste sentido, são de estender o salário por peça, que já vinha sendo usado na Rússia e dos salários serem “diferenciados”, a fim de levar em conta não somente a maior ou menor dificuldade de trabalho, mas também o ‘grau de responsabilidade’ e de ‘qualificação’” (BETTELHEIM, 1979, p. 159). Outra decisão foi o de tornar o trabalho obrigatório. Portanto, os trabalhadores soviéticos, após a revolução de outubro de 1917, partiram do sistema salarial existente, até então, para pensar a remuneração do trabalho.

Em 1919 a diferenciação dos trabalhadores por qualificação ganhará maior definição, pois estes serão divididos, nas empresas, em 12 categorias e cada uma destas terá um salário correspondente, ou seja, cria-se um coeficiente salarial em cada categoria, onde “a relação do salário mais elevado com o mais baixo corresponde a um coeficiente de 1,17” (BETTELHEIM, 1979, p. 160), quer dizer, o trabalhador da primeira categoria tinha coeficiente 1 e o da 12ª um coeficiente 1,17. Supondo que o da primeira categoria ganha 100 rublos o da décima segunda ganharia 117 rublos, portanto, se está se pensando em salário por peça, o trabalhador de cada categoria deverá produzir determinada quantidade de peças, em uma determinada jornada, para fazer jus a 100 ou 117 rublos. Em 1920 modificou-se o coeficiente de 1:2, isto é, o da 1ª categoria ganharia, por exemplo, 100 rublos e o da 12ª passaria a ganhar 200 rublos.

Concomitantemente com a organização do sistema de remuneração do trabalho, os soviéticos, no período de 1917 a 1921, tiveram que lidar com guerra civil e a invasão estrangeira, que levou o país à escassez de alimentos. No início, tentou-se elevar o salário, visando solucionar

este problema, mas, ao mesmo tempo, os preços dos alimentos subiam muito mais que o salário, dada a sua falta, portanto, passou-se a um sistema de contingência, denominado comunismo de guerra, onde o Estado soviético remunerava os trabalhadores em espécie. Tal remuneração fora feita segundo um princípio de classe, onde além da prioridade às tropas que defendiam o país, quem mais recebia era, em primeiro lugar os operários, depois os empregados recebiam um pouco menos e, por último, os familiares¹⁴. Neste período os serviços públicos foram tornados gratuitos, portanto, o salário, visando manter a força de trabalho em condição de trabalho, ainda que de maneira precária, dada a situação do país, era composto pelos alimentos recebidos em espécie e pelos serviços públicos recebidos via Estado soviético.

Em fevereiro de 1921, com o fim da guerra civil e a expulsão dos invasores estrangeiros, decidiu-se pela passagem das requisições do excedente dos camponeses e que eram entregues às tropas e aos trabalhadores, da cidade, pelo imposto em espécie, sobrando, assim, parte do excedente aos camponeses. Estes passaram a vender esse excedente e, com a venda, poderiam comprar bens na cidade, principalmente pequenas ferramentas a ser usado na produção, porém, como havia poucos bens, deste tipo, na cidade e dada a impossibilidade do Estado produzi-los em um curto prazo, então “desnacionalizam-se as pequenas empresas (de menos de dez operários)” (ELLEINSTEIN, 1976, p. 177) passando-as a proprietários privados, para que esta produção suprisse a necessidade dos camponeses, sendo este período denominado como Nova Política Econômica e se estende até por volta de 1927, portanto, neste período a União Soviética conviveu com salário aos trabalhadores das empresas estatais e os do setor privado, tanto destas pequenas empresas, como dos camponeses que empregavam assalariados.

Durante o período da NEP, apesar de haver assalariados de empresas privadas, o Estado soviético determinava que as mesmas condições de trabalho que tinham os trabalhadores estatais fossem estendidas aos trabalhadores das empresas privadas. O salário por peça foi retomado¹⁵ e “existem geralmente 17 níveis de salários, e a diferença entre o nível mais baixo e o nível mais elevado é de 1 a 5; pode mesmo atingir a relação de 1 a 8, cabendo os salários mais elevados ao pessoal administrativo e técnico” (BETTELHEIM, 1983, p. 245), sendo que, em 1926, este salário

¹⁴ “Por cuanto la primerísima obligación del Poder soviético era el desvelo por los obreros – la principal fuerza productiva de la sociedad – habia que proporcionarles aunque no fuera más que el mínimo de alimentos necesario para mantener sus fuerzas físicas. Por ello, la ración fue igual para cada categoría de trabajadores (los obreros tenían la mayor ración, los empleados menor y sus familiares una ración aún más pequeña).” (ZAGLADIN, 1984, p. 331).

¹⁵ A “porcentagem dos operários pagos por empreitada é a seguinte (em setembro de cada ano): 1923 = 45,7%; 1924 = 51,4%; 1925 = 60,1%; 1926 = 61,3%” (BETTELHEIM, 1983, p. 241) e ““No fim dos anos 30, mais de 75% dos assalariados recebem um salário à tarefa” (BETTELHEIM, 198(?), p. 169), ou seja, o salário por tarefa e peça é amplamente utilizado na União Soviética.

era ainda complementado com 1/3 do proveniente dos serviços sociais que os trabalhadores recebiam do Estado¹⁶.

Na industrialização, iniciada em 1928, quando todas as empresas da cidade foram estatizadas e a forma predominante dos trabalhadores atingirem o salário, em 1935, foi o salário por peça. A quantidade de categorias permaneceu variando de 1 a 17, sendo que deveria haver um mínimo de 8 categorias por empresas¹⁷. Vejamos um exemplo que nos fornecem os Weeb's, 1938, p. 993:

Categoria	1	2	3	4	5	6	7	8
Coeficiente	1	1,2	1,45	1,7	1,95	2,2	2,5	2,8

A este salário por peça foi adicionado um sistema denominado de “*progressivka*”(WEEB, 1938, p. 987), onde, por exemplo, em determinada categoria o trabalhador deveria produzir 20 peças, sendo que cada uma lhe daria 25 kopeks e ao final da jornada de 7h ganharia 500 rublos (20 x 25 = 500), porém, se neste tempo produzisse 21 peças, esta peça a mais não seria de 25 kopeks e sim com adicional, 27 kopeks, por exemplo, e a 22ª, 29 kopeks o que daria um salário de 527 e 529 rublos, e assim sucessivamente, caso produzisse mais peças, quer dizer, havia um aumento salarial a cada peça produzida além do normal. Este era o salário do fabrico em série, porém, havia ainda “trabalho à tarefa fora deste fabrico ou de trabalho a tempo” (BETTELHEIM, 198(?), p. 170). Essas taxas eram constantemente revistas por uma Repartição de Normalização Técnica, visando controlar o máximo de peças ou tarefas que cada trabalhador poderia produzir ou realizar, com um dado esforço, que não lhe prejudicasse a saúde.

Nos colcoses o pagamento era feito por jornada de trabalho, denominado sistema do *trudodien*, porém, como a jornada é que propiciava os bens de consumo aos trabalhadores e havia atividades diferenciadas, as jornadas de cada trabalhador variavam segundo essas atividades, sendo:

A lavra de um hectare de terra destinada à sementeira de trigo com uma charrua equivalia a uma jornada de trabalho e a lavra da mesma superfície para cultura da batata equivalia a nove jornadas e meia. Tratar diariamente de quinze cavalos equivalia a três quartos de jornada, o mesmo acontecendo para dezesseis vacas. (ELLEINSTEIN, 1976, p. 160)

¹⁶ “Hay que tener en cuenta que, en 1926, alrededor de un tercio del salario personal de los obreros lo constituían estipendios, subsidios, pensiones y servicios gratuitos, que los trabajadores percibían del Estado por encima del salario individual.”(LAPTIN, 196?, p. 42).

¹⁷ Portanto quando Mandel no Tratado de Economia Marxista diz que “la diferencia de ingresos entre la categoria de obreros no especializados de salarios más bajos (barrendera, porteiros, guardias, etc) y los ingenieros de categoria superior, alcanza desde 1935 la proporción de 1 a 20” (p. 206), esquece de mencionar que entre esse 1 e o 20 existe categorias intermediárias, necessárias a economia soviética e que aproxima os salarios entre categorias, tornando a colocação dele pouco científica.

Durante a II Guerra Mundial, devido à invasão nazista, a economia novamente se debilitou, principalmente na produção de bens de consumo, pois os alemães invadiram imensos territórios e destruíram empresas na União Soviética, esta tendo que direcionar boa parte da indústria para produção de material bélico, visando a defesa do país, levando ao racionamento dos víveres da população, ou seja, “a ração dos militares e dos trabalhadores das tarefas mais pesadas foi em média de 700g por dia. Os empregados recebiam 500g (e em certas alturas apenas 400g) e 300g às crianças de menos de 12 anos.” (ELLEINSTEIN, 1976, p. 149), portanto, durante a guerra, o sistema salarial sofre influências deste período, mas que fora retomado após a guerra e em 1954 “três quartos da remuneração ainda se fazia via salário por obra realizada” (MANUAL, 1954, p. 472), sendo complementado com o salário indireto proveniente dos serviços estatais.

Portanto os trabalhadores na União Soviética eram dispostos em categorias por qualificação, sendo que cada categoria tinha um salário e para fazer jus a esse salário deveriam produzir certa quantidade de peças ou realizar determinadas tarefas, ambos em determinada jornada, ou simplesmente cumprir a jornada, porém a forma que predominou foi o salário por peça. Este salário recebido diretamente, pelo trabalho realizado, era complementado por outro indireto, recebido via serviços estatais.

5. O salário e a retrotransição na URSS

Como vimos a forma de retribuição do trabalho que predominou na União Soviética foi o salário por peça. A utilização desta forma se deu dentro de uma sociedade com forças produtivas ainda pouco desenvolvidas, portanto, implicou aos soviéticos saber utilizar ao máximo a capacidade das forças produtivas existentes, visando atingir outras superiores que pudessem engendrar novas formas de retribuição. Isso se insere no que Marx chamou “de cada um segundo a sua capacidade e a cada um segundo o seu trabalho” (1980, p. 14), posto que em um país onde o elemento mais relevante das forças produtivas ainda é a força de trabalho, teria que vir dela a capacidade de produção, até que o outro, o elemento principal, tivesse se desenvolvido que são os instrumentos de trabalho, essencialmente a máquina. Neste sentido colocar quantitativo de peças a serem produzidas é o que melhor se identificava com o “de cada um segundo a sua capacidade” e o salário “segundo o seu trabalho”, ou seja, segundo a quantidade de peças produzidas em uma jornada.

O salário por peça, na União Soviética, foi uma forma herdada do capitalismo, pois o nível das forças produtivas, recebida em herança, condicionava e limitava o alcance das relações de produção e distribuição:

Unicamente a existência destes limites que permite compreender que, se a forma salário existe, é porque as *relações de produção efetivas* são uma combinação de relações antigas e

novas e é o papel ainda desempenhado pelas antigas relações capitalistas que explica a existência da forma salário.” (BETTELHEIM, 1983, p. 274),

Porém, esta forma não se identificou totalmente com o salário por peça do capitalismo, posto que neste o aumento das unidades produzidas beneficia os capitalistas em particular que, com esse artifício, aumentam a sua mais-valia diversamente, na União Soviética o aumento das unidades produzidas beneficiava a sociedade em geral, dado que a utilização deste salário era planejado não por proprietários privados, mas centralmente pelo Estado¹⁸, tendo em conta o conjunto da sociedade¹⁹, onde cada empresa recebia um fundo salarial para pagar a folha de pagamento anual, sendo este fundo determinado a partir do quanto a empresa gastou com salários no ano anterior, acrescido da projeção de quanto iria aumentar em número e categorias de trabalhadores, no ano entrante, de acordo com a estimativa de produção e produtividade e isso era enviado aos órgãos do Estado que, com observação de todas as empresas em mãos, do quantitativo de bens e serviços que seriam produzidos e a partir dos objetivos planejados, determinava o fundo salarial de cada empresa em particular.

Os soviéticos, quando começaram a planejar a economia, tinham consciência que essa forma de salário era transitória e qualificavam “este de procedimento capitalista que deve ser utilizado provisoriamente em razão da deficiência técnica” (BETTELHEIM, p. 1983, p. 241) dos equipamentos. Esta relação de distribuição antiga e que estava sendo utilizado na União Soviética, só se manteria em prol do socialismo caso se mantivesse em um planejamento central, posto que qualquer alteração salarial ao nível de empresas desorganizaria o plano geral, inclusive em 1932 “decidiu-se que só podiam fazer-se aumentos de salários mediante decisão do Conselho dos Comissários do Povo, sob pena de sanções judiciais” (ELLEINSTEIN, 1976, p. 134-135), e, o que é o mais relevante: passar a ser utilizado como forma de encobrir embriões de exploração.

Dado ser a remuneração do trabalho na União Soviética uma mescla entre uma relação de distribuição antiga, que é o salário por peça e uma relação nova que é o planejamento centralizado da produção e distribuição, havia também as classes que representavam essas relações, ou seja, os trabalhadores e a classe capitalista que, após feita a revolução, não desapareceu de um dia para o outro, sendo apenas excluída como proprietária dos meios de produção, mas permaneceu disseminada no interior da sociedade, tanto indivíduos com ideias capitalistas, quanto ideologias

¹⁸ Até 1937 o planejamento e controle do salário era realizado pelo Conselho de Trabalho e de Defesa e de 1937 até a II Guerra Mundial pelo o Conselho Econômico (NOVE, 1963, p. 79), porém desde a guerra até 1956 deixou de ter um órgão específico que pudesse resolver as questões salariais, quando então em 1956 fora criado o Comitê Estatal de Mão-de-Obra e Salários. (NOVE, 1963, p. 140). Todos em coordenação como o Comitê Estatal de Planejamento (Gosplan) e o órgão de Finanças.

¹⁹ Relevante ressaltar que “o desemprego desapareceu quase totalmente antes do fim do 1º plano quinquenal. Trata-se de um resultado espetacular, sobretudo quando se pensa na importância que então atingia o desemprego nos países capitalistas por causa da crise de 1929 (12 milhões nos Estados Unidos, por exemplo).” (ELLEINSTEIN 1976, p. 133).

capitalistas que tentavam, a todo momento, fortalecer essas relações antigas, quer dizer, a luta de classe permaneceu na União Soviética e isto implicava um planejamento centralizado o mais firme possível, pois qualquer desarticulação do mesmo conduziria às relações antigas ganharem terreno. Sendo, no que diz respeito ao salário:

Esta diferenciação tem origens históricas (a forma do processo de trabalho nas antigas empresas capitalistas e seus efeitos sobre a estrutura da classe operária), mas se *reproduz* e se *transforma* sob a ação das lutas de classe. Estas modificam ou (sic) consolidam as estruturas historicamente dadas do processo de trabalho. (BETTELHEIM, p. 1983, p. 244),

Superar totalmente a forma antiga de retribuição dos trabalhadores, na União Soviética, dependia de fazer avançar as forças produtivas, mas também da luta de classes.

No desenrolar desta luta de classes, alguns setores ou indivíduos, no interior da sociedade, principalmente diretores de empresa, tentavam não seguir o planejado e que, durante a década de 30, eram contidos pelo órgão de planejamento central, como é possível verificar na decisão do Conselho dos Comissários do Povo em 1932, citado acima, mas após a II Guerra Mundial podemos ver, em uma crítica feita por Nove (1963, p. 285), os diretores começam a burlar os sistemas de salários onde, por exemplo, uma empresa em que duas categorias tinham como salário 750 rublos e 500 rublos, sendo pagos por peça, e para a segunda tinha-se dificuldade de adquirir trabalhadores, então o diretor rebaixa a quantidade de peça necessárias a serem produzidas, nesta categoria, visando atrair trabalhadores. Também trabalhadores não especializados eram classificados como especializados o que propiciava à empresa receber um fundo salarial mais elevado. Portanto, já é possível ver diretores manejando com o salário ao nível de empresas, ou seja, é o planejamento ao nível de distribuição sendo desarticulado e o salário passando a ser usado em benefícios das empresas em particular.

O salário, a partir da década de 50, passa a não ser mais concebido como um instrumento provisório, de remuneração do trabalho, inclusive com economistas, como Ostravitianov que, em 1928, dizia que estas medidas teriam um caráter provisório, sendo que:

Vinte e seis anos mais tarde, em 1954, o mesmo Ostravitianov, co-autor do *Manual* (oficial) *de economia política*, afirmará que o salário por empreitada é 'o que melhor permite ao trabalhador se interessar pelos resultados de seu trabalho'... Aqui não se trata mais do caráter 'provisório' deste sistema. (BETTELHEIM, 1983, p. 241-242).

Juntamente com o salário começando a ser usado por empresas, desarticulado do plano, ele ganha status de permanente, sinal do retorno do capitalismo, posto que é a forma característica deste modo de produção e que agora terá que afirmar que esta forma de remuneração é a melhor.

6. Conclusão

A retribuição do trabalho na União Soviética realizou-se pela forma salário, contingenciada pela estrutura econômica herdada do capitalismo e a sua aplicação era planejada centralmente, ao menos até a década de 50 e os trabalhadores, desde o primeiro momento de edificação do socialismo, após a revolução de outubro de 1917, dispostos na produção em categorias. Número de categorias que variou durante o socialismo. Estas categorias eram, principalmente, definidas com base na qualificação dos trabalhadores e cada uma delas tinha um coeficiente salarial, quer dizer, a partir das categorias também se diferenciavam os salários. Esta diferenciação salarial, por categorias, tinha uma lógica de ser, dado que o que o trabalhador recebe em forma de salário é o necessário para manutenção de sua força de trabalho e de parte de sua família, que ainda não trabalha. Além disso, na União Soviética a estrutura de serviços sociais, apesar dos progressos, não dava conta de fornecer todos os bens de consumo coletivo a todos os trabalhadores, isso implicava que trabalhadores mais qualificados devessem receber mais, posto terem necessidades mais elevadas para manter essa qualificação e que teriam que suprir através do salário direto.

Os trabalhadores soviéticos, para receberem o salário de sua categoria, tomaram como forma predominante o salário por peça, forma que melhor utilizava a capacidade dos trabalhadores, visto que era o recurso a ser utilizado até que as forças produtivas estivessem desenvolvidas e pudessem engendrar uma forma superior de retribuição do trabalho, devendo produzirem determinada quantidade de unidades, planejado por um órgão normativo central, para receberem o salário e, caso produzisse acima do determinado, seus salários também se elevavam.

Utilizando uma forma de remuneração herdada do passado, mas utilizado por um planejamento central de produção e distribuição, tinha-se no horizonte o desenvolvimento de uma forma superior, porém a partir da década de 50 é possível verificar, juntamente com a desarticulação do planejamento, o salário deixando de ser transitório para se tornar uma forma permanente, posto que era a forma característica do modo de produção anterior, portanto, beneficiava a burguesia que começava a retomar o poder.

Os soviéticos foram objetivamente impelidos a se utilizarem do salário como forma de remuneração dos trabalhadores, mas tinham no horizonte, com o avançar da economia, a mudança para uma forma superior, porém, após a II guerra mundial, já é possível ver esse salário começando a ser burlado da determinação do planejado, no interesse de empresas particulares, e, na década de 50, já sendo visto como permanente, reflexo, no fenômeno retribuição do trabalho, da retrotransição, isto é, do capitalismo que retornava na União Soviética.

7. Referências

BETTELHEIM, C. . **A luta de classes na União Soviética**. Primeiro Período (1917-1923). Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1979.

BETTELHEIM, C. . **A luta de classes na União Soviética**. Segundo Período (1923-1930). Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1983.

BETTELHEIM, C. . **As lutas de classes na URSS**. Terceiro Período (1930-1941). Os dominados. Publicações Europa-América. Portugal. 198(?).

ELLEINSTEIN, J.. **HISTÓRIA DA URSS**. I. A conquista do Poder (1917-1922). Publicações Europa-América. Portugal. 1976.

ELLEINSTEIN, J.. **HISTÓRIA DA URSS**. II. O socialismo num só País (1922-1937). Publicações Europa-América. Portugal. 1976.

ELLEINSTEIN, J.. **HISTÓRIA DA URSS**. III. A URSS na Guerra (1939-1946). Publicações Europa-América. Portugal. 1976.

GERMER, Claus M. **As tendências de longo prazo da economia capitalista e a transição para o socialismo**. UFPR/SCHLA, p. 117-138. Curitiba. 2011.

GERMER, C. **Balanco inicial do socialismo na União Soviética**. Texto em elaboração. 2014.

GERMER, C. **Elementos para um balanço inicial do socialismo na União Soviética**. Texto em elaboração. 2016.

GERMER, C.M. (2009). **Receita pública e circulação monetária na teoria de Marx**. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, 7 Letras, Rio de Janeiro. Ano 11, n. 25, p. 5-31.

LAPTIN M. V.I. **Lenin Acerca de los estímulos materiales y Morales em el trabajo**. Editorial Progreso. Moscu. 196?.

LENIN, V.I. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Hucitec. 1979.

MANDEL, E. .**Tratado de economia marxista**. Tomo II. Ediciones Era. México. !969.

MANUAL DE ECONOMIA POLITICA. 2ª Edição. México. Editorial Grijalbo, S.A. 1957.

MARX, ENGELS e LENIN. **La sociedad comunista: Recopilacion.** España: Editorial PROGRESO. 1981.

MARX, K. **Manuscrtos Econômico-Filosóficos: Terceiro Manuscrito.** In: Os Pensadores. Volume XXXV. São Paulo: Abril Cultural. 1974. p. 9-54.

MARX, K. **Manuscrtos Economia y Filosofia.** Madrid: Alianza Editorial. 1985.

MARX C. e ENGELS F. **Obras Escogidas em três tomos, Tomo III.** Editorial Progreso. Moscú. 1980.

MARX, Karl. **O Capital: critica da economia política. Livro Primeiro, Tomo 1.** São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. **O Capital: critica da economia política. Livro Primeiro, Tomo 2.** São Paulo: Nova Cultural, 1996.

NOVE, A. **A Economia Soviética.** Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1963.

STALIN, J. **Obras Completas Tomo XIII (1930-1934).** Lenguas extranjeras. Moscú. 1953.

WEBB, S.; WEBB, B. **URSS uma nova civilização. 3º Volume.** Edição de 1938. Rio de Janeiro: Editorial CALVINO Limitada, 1945.

ZAGLADIN, V. (Coord.). **El movimiento obrero internacional.** Historia Y Teoria. Tomo 4. Editorial Progreso. Moscu. 1984.